

Competência em informação e comportamentos informativos n o contexto da política pública de utilização do Programa Nacional de Alimentação Escolar pelos agricultores familiares

Shirley de Souza Félix Suedde

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, BA, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-5335-2440>

shirley.suedde@embrapa.br

Ana Cibebe de Oliveira Barbosa

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, BA, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9341-551X>

anacibebe@gmail.com

Ida Conceição Andrade de Melo

Universidade Federal de Pernambuco, Departamento da Ciência da Informação, Recife, PE,
Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1015-2510>

idaandrade.biblio@gmail.com

Jordana de Almeida Souza

Universidade Federal da Bahia, Instituto de Ciência da Informação, Salvador, BA, Brasil

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-0247-8587>

ten_jordana@yahoo.com.br

DOI: <https://doi.org/10.26512/rici.v19.61375>

Recebido/Recibido/Received: 2025-11-02

Aceito/Aceptado/Accepted: 2026-02-10

Publicado/Publicado/Published: 2026-02-20

Resumo

Este artigo analisa de que forma a Competência em Informação (ColInfo) pode contribuir para o desenvolvimento de comportamentos e hábitos informacionais mais conscientes por parte dos agricultores familiares, no contexto da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Diante das desigualdades socioeconômicas e territoriais que atravessam o Brasil, políticas públicas como o PNAE revelam-se fundamentais tanto para a promoção da segurança alimentar quanto para o fortalecimento da agricultura familiar. Apesar da previsão legal de aquisição de no mínimo 30% dos gêneros alimentícios da agricultura familiar, sua efetivação encontra diversos entraves, especialmente relacionados ao acesso e uso qualificado da informação por parte dos agricultores. A pesquisa, de natureza qualitativa, descritiva e exploratória, fundamenta-se em revisão bibliográfica narrativa com base na Ciência da Informação e em áreas correlatas. Conclui-se que o fortalecimento da ColInfo pode favorecer a autonomia dos produtores, impulsionar práticas participativas e qualificar o acesso ao PNAE, potencializando seus impactos no enfrentamento das desigualdades regionais.

Palavras-chave: Competência em Informação. Agricultura Familiar. Programa Nacional de Alimentação Escolar. Políticas Públicas. Inclusão Informacional.

Competencia en Información y Comportamientos Informativos en el Contexto de la Política Pública de Utilización del Programa Nacional de Alimentación Escolar por los Agricultores Familiares

Resumen

Este artículo analiza de qué manera la Competencia en Información (CoInfo) puede contribuir al desarrollo de comportamientos y hábitos informativos más conscientes por parte de los agricultores familiares, en el contexto de la ejecución del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE). Ante las desigualdades socioeconómicas y territoriales que atraviesan Brasil, políticas públicas como el PNAE resultan fundamentales tanto para la promoción de la seguridad alimentaria como para el fortalecimiento de la agricultura familiar. Apesar de la previsión legal de la adquisición de al menos el 30 % de los productos alimenticios provenientes de la agricultura familiar, su implementación enfrenta diversos obstáculos, especialmente aquellos relacionados con el acceso y el uso calificado de la información por parte de los agricultores. La investigación, de carácter cualitativo, descriptivo y exploratorio, se fundamenta en una revisión bibliográfica narrativa basada en la Ciencia de la Información y en áreas afines. Se concluye que el fortalecimiento de la CoInfo puede favorecer la autonomía de los productores, impulsar prácticas participativas y cualificar el acceso al PNAE, potenciando sus impactos en el enfrentamiento de las desigualdades regionales.

Palabras clave: Competencia en Información. Agricultura Familiar. Programa Nacional de Alimentación Escolar. Políticas Públicas. Inclusión Informativa.

Information Literacy and Informational Behaviors in the Context of the Public Policy for the Use of the National School Feeding Program by Family Farmers

Abstract

This article examines how Information Literacy (IL) can contribute to the development of more conscious informational behaviors and practices among family farmers in the context of the implementation of the National School Feeding Program (PNAE). Considering the socioeconomic and territorial inequalities present in Brazil, public policies such as the PNAE play a fundamental role in promoting food security and strengthening family farming. Despite the legal requirement that at least 30% of food products be procured from family farming, its effective implementation faces several challenges, particularly those related to farmers' access to and qualified use of information. This qualitative, descriptive, and exploratory study is based on a narrative literature review grounded in Information Science and related fields. The findings indicate that strengthening Information Literacy can enhance producers' autonomy, foster participatory practices, and improve access to the PNAE, thereby amplifying its impact on addressing regional inequalities.

Keywords: Information Literacy. Family Farming. National School Feeding Program. Public Policies. Informational Inclusion.

1 Introdução

A agricultura familiar representa uma parte expressiva da produção de alimentos no Brasil e desempenha papel estratégico nas políticas públicas voltadas à segurança alimentar e ao desenvolvimento rural e à sustentação de comunidades locais. Uma das principais iniciativas de apoio à agricultura familiar é o *Programa Nacional de Alimentação Escolar* (PNAE). Representando uma das políticas públicas mais antigas e consolidadas no Brasil voltadas à

segurança alimentar, à nutrição e à educação. Desde a obrigatoriedade da aquisição mínima de 30% dos alimentos da agricultura familiar, o programa assumiu, ainda, um papel estratégico no fortalecimento da produção local e na valorização dos modos de vida rurais.

Historicamente pouco valorizada, a agricultura familiar passou, nas últimas décadas, a conquistar reconhecimento por sua contribuição para a autonomia alimentar, para o resguardo de saberes tradicionais e para o fortalecimento das economias locais. Neves (2002) destaca que a ausência de uma relação tradicional de capital e trabalho dificultou, por muito tempo, sua valorização como agente econômico e social.

Neves (2002) destaca que, por muito tempo, a agricultura familiar foi considerada irrelevante para o desenvolvimento rural, sobretudo por não se enquadrar nas tradicionais relações de capital e trabalho. Hoje, porém, é reconhecida como uma categoria social e política fundamental, marcada pela peculiaridade de o agricultor ser simultaneamente proprietário e força de trabalho em sua unidade produtiva. De categoria marginalizada a agente estratégico, esse segmento social passou a ser valorizado não apenas por sua importância econômica, mas também por seus vínculos culturais, territoriais e ambientais.

Ao longo de sua história, o PNAE foi submetido a consideráveis modificações, sendo uma das mais significativas a que ocorreu em 2009, ano em que o PNAE passou por reformulações de cunho jurídico-normativo. Inicialmente, em janeiro daquele ano, quando foi aprovada a Medida Provisória nº 455, estabelecendo novos marcos legais para a operacionalização da alimentação escolar. Além de suprir as necessidades nutricionais, o PNAE vem fomentando o desenvolvimento sustentável por meio da aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar (Brasil, 2009a).

Esta medida foi posteriormente convertida na Lei nº 11.947, sancionada em 16 de junho de 2009, a qual redefiniu os parâmetros de atuação do Programa ao Estabelecer a obrigatoriedade de destinar no mínimo 30% dos recursos do programa à compra direta de alimentos da agricultura familiar, fortalecendo o vínculo entre o programa e o desenvolvimento rural sustentável, estimulando o reconhecimento da produção regional e fomentando a ingestão de alimentos in natura (Brasil, 2009a). Com as novas normativas, o programa reafirma seu papel estratégico na promoção da saúde, na valorização da produção local e no desenvolvimento sustentável das comunidades rurais brasileiras.

A educação no meio rural brasileiro, apesar dos avanços observados na última década, ainda enfrenta limitações significativas no atendimento pleno das necessidades educacionais, dificultando o estímulo para que os jovens permaneçam no meio rural. Esse cenário contribui para o êxodo rural, à medida que muitos jovens buscam melhores condições de vida nos centros urbanos.

A agricultura familiar surge como uma alternativa viável para o fortalecimento da presença das comunidades no campo, oferecendo oportunidades de trabalho e atuando como ferramenta de ampliação territorial e consolidação das unidades produtivas rurais. Segundo Abramovay (1999), o aproveitamento dessa nova dinâmica territorial requer políticas públicas que incentivem a elaboração descentralizada de projetos, capazes de reconhecer e potencializar os recursos e características locais e regionais na promoção do desenvolvimento. A integração da agricultura familiar ao PNAE reforça esse movimento, fortalecendo políticas públicas contribuindo para a redução do processo de urbanização desordenada.

Contudo, a efetiva inserção dos agricultores nesse programa encontra entraves que ultrapassam os aspectos produtivos e logísticos, revelando desafios informacionais que requerem análise mais profunda. A implementação efetiva dessa diretriz enfrenta obstáculos, entre os quais se destaca a escassez de informações claras e acessíveis por parte dos agricultores familiares. Nesse sentido, a Competência em Informação (CoInfo) é entendida como o conjunto de aptidões para localizar, examinar criticamente e interpretar envolvendo o uso das informações de forma ética e reflexiva, emergindo como um fator estratégico para superar tais barreiras.

Nesse aspecto, o presente artigo tem como propositura relacionar até que ponto a CoInfo e os comportamentos informativos reverberam no fortalecimento da agricultura familiar no contexto do PNAE. Este estudo configura-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, desenvolvida por meio de revisão bibliográfica narrativa. A análise fundamenta-se em produções da Ciência da Informação e áreas afins, com o objetivo de articular os conceitos de CoInfo, inclusão informacional e políticas públicas direcionadas à agricultura familiar. Quanto à estruturação, além da presente introdução, este artigo está ordenado em quatro seções. O primeiro capítulo aborda a interseção entre o PNAE, a agricultura familiar e a competência em informação, discute os desafios enfrentados na implementação e acesso a recursos, destacando seu papel no desenvolvimento rural sustentável e na segurança alimentar. O segundo capítulo examina a evolução histórica do PNAE, destacando seus principais marcos institucionais, o papel da informação qualificada na implementação das políticas e no fortalecimento da agricultura familiar, evidenciando seu impacto na tomada de decisão e na efetividade do programa. Na sequência, o terceiro capítulo, investiga a relação entre Competência em Informação e os comportamentos informativos dos agricultores familiares no contexto do PNAE. Analisa como o acesso, a interpretação e a utilização da informação potencializam sua atuação estratégica, discute os desafios e oportunidades para a tomada de decisão e o fortalecimento da participação desses produtores no programa.

A pesquisa parte da premissa de que o desenvolvimento da Competência em Informação e comportamentos informativos entre os atores envolvidos, especialmente os agricultores familiares, possam promover maior autonomia, tomada de decisões mais assertivas, fortalecimento de práticas colaborativas e que os agricultores familiares compreendam, acessem e utilizem de forma estratégica as oportunidades proporcionadas pelo PNAE. A diversidade interna da agricultura familiar, marcada por diferentes níveis de produção, acesso a recursos e tradições culturais, demanda políticas públicas capazes de dialogar com essa complexidade.

2 PNAE, agricultura familiar e competência em informação e desafios

Embora haja registros de ações assistencialistas anteriores voltadas à alimentação de escolares, o marco inaugural do PNAE é frequentemente datado de 1955, por meio da criação da chamada Iniciativa da “Merenda Escolar”. Durante esse período inicial compreendido entre os anos de 1955 e 1974, a oferta de alimentos era majoritariamente viabilizada por doações internacionais. Inicialmente, essas contribuições foram mediadas pelo Fundo Internacional de Socorro à Infância, hoje chamado Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), e posteriormente pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), no âmbito da Lei do Alimento pela Paz. Também merece destaque o apoio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), vinculado à ONU, evidenciando o caráter internacional da assistência alimentar no país nesse período (Peixinho; Abranches; Barbosa, 2010).

O programa busca promover o desenvolvimento integral dos alunos, favorecendo a aprendizagem, o crescimento saudável e consumo de alimentos saudáveis. Para tanto, a refeição oferecida necessita atender, ao menos, 20% dos requisitos nutricionais diários dos alunos em período parcial, além de 70% nos casos de jornada integral. Para estudantes de comunidades indígenas e quilombolas, os percentuais sobem para 30% e 70%, respectivamente.

O PNAE tem se consolidado entre uma das iniciativas públicas mais relevantes no cenário nacional, dedicadas a promover a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), sendo inclusive considerado referência internacional. O alinhamento entre as ações de alimentação escolar e de apoio à agricultura familiar representa uma estratégia global voltada ao combate à desnutrição e ao fomento à alimentação segura e saudável.

No caso brasileiro, esse tema ganha especial relevância diante do cenário alarmante de deficiência nutricional. De acordo a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, os dados revelam que cerca de 58,7% da população, equivalente a aproximadamente 125 milhões de pessoas vivenciam alguma forma de insegurança alimentar. O agravamento desse quadro foi intensificado pela pandemia de Covid-19, que acentuou a crise

econômica e elevou a quantidade de pessoas em situação de vulnerabilidade alimentar (Rede Penssan, 2022).

Atualmente, o entendimento de nutrição adequada ultrapassa os limites da composição nutricional dos alimentos, incorporando também dimensões sociais, culturais e econômicas. Trata-se da realização de um direito humano fundamental, que pressupõe a disponibilidade constante de alimentação apropriada ao contexto biológico e sociocultural de cada indivíduo, respeitando o ciclo de vida, as necessidades específicas e os hábitos locais.

A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (Brasil, 2006b, p. 2)

Inicialmente voltado para alunos da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, o PNAE foi gradualmente ampliado para contemplar toda a educação básica, incluindo o Ensino Médio, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e, posteriormente, as instituições da rede federal que oferecem esses níveis de ensino. A ampliação foi formalizada por meio da Resolução CD/FNDE nº 26/2013. Com isso, Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) que mantêm cursos de educação básica também passaram a ser contempladas com repasses financeiros.

Para tornar viável a participação dos agricultores familiares, o modelo de aquisição foi adaptado, permitindo que os alimentos fossem comprados através de Chamadas Públicas, dispensando o processo licitatório. Essa mudança favoreceu a inclusão produtiva de pequenos agricultores, ampliou a diversidade dos alimentos ofertados nas escolas e contribuiu para dinamizar as economias locais (Sá *et al.*, 2017).

No cenário contemporâneo, a agricultura familiar tem se consolidado como uma temática central nas esferas social, política e acadêmica brasileiras. Esse reconhecimento decorre da crescente valorização de seu papel econômico, social e cultural, especialmente diante das dinâmicas do desenvolvimento rural sustentável. Antes relegada a uma posição secundária, a agricultura familiar foi incorporada em discursos de movimentos sociais, nas ações de órgãos governamentais e nas reflexões das Ciências Sociais, que analisam o mundo rural em suas múltiplas dimensões.

A agricultura familiar, apesar de sua diversidade interna, apresenta um traço comum: a interdependência entre produção e consumo no núcleo doméstico. Nessa lógica, a família atua simultaneamente como produtora e consumidora, organizando o trabalho e os meios de produção em torno da unidade familiar.

Essa pluralidade decorre de diferentes formas de organização de terra, trabalho e capital, influenciadas pelo processo de modernização agrícola. Enquanto parte dos agricultores se integrou aos modelos tecnológicos convencionais, outros adotaram práticas alternativas de reprodução social, como a agroecologia, fundamentada em princípios de sustentabilidade e respeito ao meio ambiente.

Diante desse cenário, políticas públicas, pesquisas e programas de desenvolvimento precisam reconhecer e incorporar as especificidades de cada grupo. As necessidades dos agricultores familiares variam não apenas em aspectos objetivos como produção, renda e acesso a recursos, mas também em dimensões subjetivas, relacionadas a saberes, valores, cultura e práticas locais. Considerar essa complexidade é essencial para promover ações efetivas que fortaleçam o segmento e assegurem sua continuidade.

Wanderley (2001, p. 52) ratifica que o conceito de agricultura familiar abrange diversas formas sociais em que a família desempenha o papel predominante na atividade produtiva. Nesse sentido, poderá assumir múltiplas configurações, conforme o contexto histórico e territorial. Complementarmente, Lamarche (1993, p. 15) define a agricultura familiar como sendo uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão vinculados à família.

Tais características influenciam não apenas as condições econômicas desses agricultores, mas também as dinâmicas sociais de disponibilidade à terra e os mecanismos de reprodução familiar. Apesar dos avanços, a operacionalização plena da Lei nº 11.947/2009 ainda enfrenta diversos obstáculos. A literatura especializada evidencia dificuldades logísticas, institucionais e comunicacionais entre os diferentes agentes envolvidos incluindo gestores públicos, agricultores e instituições de ensino. Estudos apontam que a fragilidade da articulação entre esses atores compromete a implementação efetiva do PNAE em diversas regiões, gerando entraves à compra regular de itens oriundos dos agricultores familiares (Fernandes, 2013; Soares *et al.*, 2015; Marques; Barata; Alves, 2016; Ferigollo *et al.*, 2017; Machado *et al.*, 2018; Portal *et al.*, 2021).

O PNAE, ao estabelecer a obrigatoriedade de destinar um percentual de sua verba à compra direta de produtos provenientes da agricultura familiar, cria um canal relevante de comercialização. No entanto, para que esses produtores consigam participar efetivamente, é necessário que dominem processos como a leitura e interpretação de editais, o cumprimento de requisitos legais e sanitários, e a gestão de prazos e documentos. A ColInfo deve atuar nesse contexto, como mediadora, capacitando-os para buscar, selecionar, avaliar e aplicar informações que impactam diretamente sua inserção no programa.

Todas as ações desempenhadas pelos atores no processo de localizar e utilizar fontes de informação, visando atender a demandas informacionais, estão relacionadas ao comportamento informacional. Essas demandas emergem de situações próprias da vivência desses sujeitos, pois, no decorrer de suas atividades cotidianas, em algum momento identificaram uma lacuna de conhecimento que precisará ser suprida por informações capazes de preenchê-la. Além disso, os comportamentos informativos, incluem desde a busca proativa por orientações até o compartilhamento de saberes com a comunidade e a adaptação a mudanças normativas e à adoção de práticas sustentáveis compatíveis com as diretrizes do PNAE.

Assim, ao integrar ColInfo e práticas informacionais ao desenho e à execução dessa política pública, possivelmente potencializará a autonomia dos agricultores familiares, fortalecendo sua participação econômica e promovendo o alinhamento entre produção local, segurança alimentar e desenvolvimento rural sustentável.

3 Programa Nacional de Alimentação Escolar: evolução histórica, marcos institucionais e perspectivas à luz da competência em informação

De acordo com Barquero (2007), o desenvolvimento endógeno refere-se a um processo de transformação que promove mudanças estruturais e avanço econômico, impulsionado por fatores internos ao território. Se configura em uma perspectiva analítica voltada à compreensão de dinâmicas complexas, como o desenvolvimento urbano e regional, que adota a dimensão territorial como eixo central. Essa abordagem estabelece relação direta com os processos de expansão econômica e de acumulação de capital em uma localidade específica.

Nessa perspectiva, o progresso depende diretamente da forma como os agentes locais organizam suas atividades produtivas, constroem vínculos entre si, compartilham conhecimentos e operam dentro de sua própria realidade sociocultural. O autor destaca que esse tipo de desenvolvimento ocorre quando a própria comunidade assume o protagonismo, definindo estratégias com base em seus recursos e capacidades locais. Assim, os moradores tornam-se responsáveis por conduzir as mudanças que visam melhorar a qualidade de vida e promover o fortalecimento social e econômico do território em que vivem.

Nesse contexto, o PNAE representa uma importante política pública de apoio à agricultura familiar. Contudo, para que a Política de Alimentação Escolar seja efetivamente implementada e alcance resultados satisfatórios, é essencial que haja articulação entre as instituições públicas envolvidas. A atuação deve ocorrer de forma conjunta e integrada, voltada

para o atendimento das demandas, pautada em princípios sólidos e alinhada ao direito fundamental de todo ser humano.

Ampliar a adesão dos agricultores familiares no PNAE requer mais do que apoio técnico ou logístico, através de investimento no fortalecimento de suas capacidades informacionais.

O PNAE configura-se como a mais antiga iniciativa brasileira no âmbito da Segurança Alimentar e Nutricional, constituindo-se em referência histórica e normativa na promoção desse direito. Ao longo de sua trajetória, observa-se a consolidação de avanços expressivos na materialização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), resultado de um arcabouço de políticas públicas articuladas e de práticas institucionais sustentadas por marcos legais.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE é uma **política educacional e de Estado**, pois independentemente do governo, não foi abandonada nos últimos cinquenta anos; (CF. 1988, Art. 206, I e art. 208, VII/). É um **programa assistencial**, pois vem da necessidade de prover um serviço ou a oferta de uma ajuda que visa proteger, amparar ou auxiliar os direitos dos cidadãos e certamente um **programa distributivo** porque provoca certa equidade entre população alvo atendida de todas as tipologias e tamanhos de escolas públicas que contam com a oferta de alimentação escolar (Bittencourt, 2007, p. 24).

Essa política, de caráter simultaneamente educacional e assistencial, originou-se do propósito de instituir um instrumento voltado ao atendimento das camadas socialmente vulneráveis, buscando, paralelamente, reverter o quadro de estagnação social decorrente de deficiências nutricionais, em especial da desnutrição. Segundo Belik *et al.* (2006) o Programa foi ganhando abrangência nacional e sua operacionalização, durante todos esses anos, se deu sob diferentes denominações.

Criado em 1955 pelo Decreto nº 37.106, o PNAE constitui-se como uma das mais tradicionais políticas públicas brasileiras voltadas à segurança alimentar e nutricional (FNDE, 2023). Sua criação foi antecedida por um processo gradual de reconhecimento, por parte do Estado, da relevância social e sanitária da alimentação.

Em meados de 1954, embora o tema “alimentação escolar” ainda não figurasse explicitamente nas agendas públicas, já se delineava um conjunto de recomendações voltadas à higiene, ao preparo adequado dos alimentos e à compreensão da alimentação como fator determinante no binômio saúde-doença.

A criação do Ministério da Educação e Saúde representou um marco nesse processo, pois conferiu à alimentação o status de questão pública, transformando-a em objeto de investigação científica e estimulando a consolidação da “nutrição” como campo de estudo emergente no país. Esse movimento não ocorreu de forma isolada: no contexto do pós-guerra, em 1945, o Brasil recebeu, por meio do United Nations Children’s Fund (UNICEF), excedentes

alimentares provenientes das supersafras norte-americanas, que foram repassados ao Ministério da Saúde.

Esse fluxo de doações, somado aos acordos internacionais, viabilizou, nos anos seguintes, a implementação de ações voltadas prioritariamente ao atendimento de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com destaque para a região Nordeste, por meio da distribuição de leite em pó excedente dos Estados Unidos.

A criação da Comissão Nacional de Alimentação (CNAE), em 1954, institucionalizou a gestão e a distribuição desses gêneros. Paralelamente, o cenário internacional influenciava as diretrizes nacionais: os avanços tecnológicos e logísticos impulsionados pela Segunda Guerra Mundial estimularam pesquisas sobre industrialização de alimentos, privilegiando produtos de longa durabilidade e fácil transporte, características que, posteriormente, moldariam parte da política de abastecimento escolar.

Ao longo das décadas seguintes, o PNAE passou por mudanças estruturais significativas. Entre 1974 e 1994, a política foi marcada por um modelo centralizado de compras, financiadas com recursos federais e destinadas, em grande parte, a empresas nacionais, fomentando a indústria de gêneros formulados, como sopas e mingaus. Apesar da ampliação gradual do público atendido que, em 1979, já alcançava cerca de 14 milhões de estudantes em 3.549 municípios, o crescimento ocorreu em ritmo moderado. Nesse mesmo período, em 1976, o programa foi incorporado ao II Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN) e, em 1979, recebeu oficialmente a denominação de Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Em 1981, a criação do Instituto Nacional de Assistência ao Educando (INAE) trouxe nova instância de gestão, que perdurou até 1983. Mais adiante, em 1997, a responsabilidade pelo PNAE foi transferida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

De 1974 a 1980, a alimentação escolar foi concebida, sobretudo, como estratégia de enfrentamento à desnutrição. Compreendia-se que a insuficiência alimentar e o baixo poder aquisitivo não eram os únicos entraves ao consumo adequado: fatores como armazenamento, preparo e hábitos alimentares exerciam papel igualmente relevante. Assim, o período foi marcado pela disseminação de conceitos básicos de nutrição, valor nutritivo, boas práticas de higiene e adequação de nutrientes às diferentes faixas etárias e pela percepção de que a má nutrição era uma problemática que atravessava todas as camadas sociais. No entanto, o modelo centralizado de aquisição não contemplava especificidades culturais e regionais, resultando em cardápios uniformizados em todo o território nacional e priorizando alimentos industrializados e instantâneos, favorecendo grandes conglomerados do setor alimentício.

A redemocratização e a promulgação da Constituição Federal de 1988 representaram um marco normativo ao consagrar, no artigo 208, inciso VII, o direito à alimentação escolar. Ainda assim, a descentralização administrativa ocorreu de forma gradual: as compras continuam sob a gestão centralizada da Fundação de Assistência ao Escolar (FAE) ou intermediadas, regionalmente, pela Companhia Brasileira de Alimentos (COBAL). Até 1994, tanto a definição dos cardápios quanto a aquisição dos gêneros alimentícios permaneciam como atribuição federal.

A efetiva descentralização foi consolidada com a Medida Provisória nº 1.784, de 14 de dezembro de 1998, já sob a gestão do FNDE. A partir de então, os recursos passaram a ser transferidos automaticamente a municípios e secretarias de educação, eliminando a necessidade de convênios e conferindo maior agilidade à execução. Essa nova configuração permitiu que as administrações locais elaborassem cardápios adequados às realidades regionais, realizassem suas próprias aquisições e organizassem a logística de distribuição, fortalecendo o vínculo entre a política nacional e as particularidades socioculturais de cada território (Andrade, 1996).

Conforme o Art. 5º, o atendimento do PNAE é destinado aos alunos regularmente matriculados na educação básica das redes públicas federal, estadual, distrital e municipal, incluindo escolas localizadas em áreas indígenas, quilombolas e instituições filantrópicas certificadas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS). Entidades comunitárias conveniadas com os entes federados também podem ser beneficiadas, contanto que constem no censo escolar referente ao ano letivo anterior.

A Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013, do FNDE, regulamenta o atendimento da alimentação escolar e estabelece as diretrizes para aquisição de alimentos de qualidade. Essa normativa foi alterada pela Resolução nº 4, de 2 de abril de 2015, que modificou artigos importantes da Resolução anterior, com base na Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009.

Durante o 6º Encontro Nacional do PNAE, o FNDE apresentou novas diretrizes que reforçam a restrição ao uso de alimentos ultraprocessados e incentivam a ampliação da aquisição de alimentos in natura. A Resolução nº 3/2025, representa um avanço na melhoria da qualidade nutricional da alimentação escolar, alinhando-se ao Guia Alimentar para a População Brasileira.

Entre as mudanças, destaca-se a redução gradual do limite de aquisição de alimentos ultraprocessados: de 20% atualmente, passará para 15% em 2025 e para 10% em 2026. Paralelamente, aumenta-se a exigência de que 80% dos recursos sejam destinados à compra de alimentos in natura e minimamente processados em 2025, subindo para 85% no ano seguinte.

Além dos benefícios à saúde, as mudanças fortalecem ainda mais a agricultura familiar. A nova resolução amplia a presença de alimentos frescos e regionais nos cardápios escolares e valoriza os pequenos produtores, impulsionando a economia local, além disso, amplia a preferência de comercialização ao PNAE para (grupos formais e informais de mulheres da agricultura familiar, exigindo que pelo menos 50% das compras sejam realizadas em nome de mulheres. Anteriormente, essa prioridade era reservada a assentamentos da reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas.

Uma política pública vai além de um simples conjunto de deliberações. Ela é elaborada, estruturada e posta em prática por diferentes atores sociais que interagem e se influenciam mutuamente em contextos marcados por disputas e acordos. Segundo Muler e Surel (2004), analisar uma política pública implica considerar o conjunto de pessoas, coletivos ou instituições impactadas pelas iniciativas do Estado, configurando um espaço de relações interinstitucionais que transcende a perspectiva puramente legal.

A ColInfo torna-se um caminho para a autonomia, a inclusão produtiva e a cidadania no campo. Ao promover comportamentos informativos mais conscientes, os agricultores familiares poderão acessar de forma mais efetiva os benefícios de políticas públicas como o PNAE e garantir um desenvolvimento rural mais equitativo e duradouro

4 Competência em informação e comportamentos informativos para a atuação estratégica dos agricultores familiares no Programa Nacional de Alimentação Escolar

A Competência em Informação é um campo de estudo consolidado na Ciência da Informação e tem sido reconhecida como elemento essencial à cidadania, ao empoderamento social e ao desenvolvimento sustentável. Em contextos rurais, o acesso desigual à informação e às tecnologias agrava as condições de exclusão, tornando ainda mais necessária a mediação por competências que favoreçam o uso crítico da informação.

É importante destacar que a noção de “competência” apresenta múltiplas interpretações e formas de utilização, estabelecendo conexões com distintos campos do saber. Assim, pode-se afirmar que:

[...] as competências são capacidades que se apoiam em conhecimentos, sendo fundamental que as pessoas considerem a situação que envolve o seu desenvolvimento, à medida que é preciso mobilizar saberes e a organização de novas capacidades, em virtude do processo que se desenvolve social, técnica e politicamente. [...] a competência é um composto de duas dimensões distintas: a primeira, um domínio de saberes e habilidades de diversas naturezas que permitem a intervenção prática na realidade, e a segunda, uma visão crítica do alcance das ações e o compromisso com as necessidades

mais concretas que emergem que caracterizam o atual contexto social (Belluzzo, 2007, p. 29-34).

A informação representa um recurso essencial e estratégico para impulsionar o desenvolvimento humano e social, sendo fundamental para o exercício da cidadania, especialmente em contextos nos quais a tomada de decisão informada pode gerar impactos significativos. No âmbito da PNAE, a informação exerce papel central na mediação entre os agricultores familiares e o poder público, sobretudo no que diz respeito à comercialização de seus produtos para a alimentação escolar. No entanto, a simples disponibilização de dados e documentos institucionais não garante, por si só, o uso eficaz dessas informações por parte dos agricultores. É nesse ponto que se evidencia a importância da ColInfo, compreendida como o conjunto de habilidades, atitudes e conhecimentos necessários para localizar, avaliar, compreender e utilizar informações de forma crítica e estratégica.

Nesse novo arranjo institucional, torna-se imperativo discutir a ColInfo como elemento estruturante da participação dos agricultores familiares no PNAE. Atualmente, a ColInfo tornou-se um tema emergente e de grande importância social. Segundo Belluzzo (2018), um cidadão ativo e consciente no século XXI não se contenta em receber a grande quantidade de informações que lhe são oferecidas, mas dedica-se também a refletir sobre elas e a desenvolver um pensamento crítico em qualquer momento da sua vida. Ademais, ela é fundamental para o sucesso no ambiente de trabalho, onde os indivíduos também enfrentam rápidas transformações tecnológicas, se fazendo necessário à capacidade de identificar, localizar, avaliar, organizar e utilizar a informação de maneira eficaz, crítica e ética, de modo a atender às suas necessidades pessoais, profissionais e sociais.

Assim, a inserção efetiva dos agricultores familiares no processo de comercialização para o PNAE exige não apenas domínio técnico sobre práticas agroecológicas ou produtivas, mas, sobretudo, o desenvolvimento de habilidades informacionais que lhes permitam compreender os requisitos legais, operacionais e logísticos do Programa.

Observa-se, nesse cenário, uma interdependência crescente entre a produção de alimentos e o acesso à informação qualificada sobre editais, chamadas públicas, exigências sanitárias, regularização fiscal, critérios nutricionais dos produtos, modos de organização coletiva (como associações e cooperativas), entre outros aspectos. Essas exigências institucionais configuram um ambiente informacional complexo, no qual os agricultores familiares são chamados a adotar comportamentos informacionais estratégicos para a busca, interpretação e uso adequado da informação.

No contexto das políticas públicas de fomento à agricultura familiar, como é o caso do PNAE, os comportamentos informativos podem ser entendidos como as práticas adotadas pelos

sujeitos na interação com o universo informacional que os cerca, mediadas por sua realidade sociocultural, por seus saberes locais e pelas estruturas de apoio técnico-institucional disponíveis. A forma como os agricultores acessam, compreendem e aplicam as informações relacionadas à participação no PNAE está diretamente ligada à sua autonomia socioprodutiva e à sua capacidade de usufruir dos benefícios previstos na legislação.

Muitos agricultores familiares enfrentam barreiras no acesso à informação qualificada, Silva (2013) aponta que, entre os principais entraves para a participação de agricultores familiares no PNAE, estão a dificuldade de interpretação de editais, a ausência de formação técnica e o desconhecimento dos trâmites legais. Esses desafios evidenciam a necessidade de desenvolver a ColInfo como forma de empoderamento e de promoção da justiça informacional no campo.

A ausência ou a limitação da competência em informação nesse grupo social pode levar a uma série de entraves operacionais, como a exclusão de chamadas públicas por desconhecimento dos prazos e critérios, a incapacidade de elaboração de propostas técnicas adequadas ou a dificuldade de compreender as normas sanitárias exigidas para o fornecimento dos alimentos. Por outro lado, quando os agricultores familiares desenvolvem estratégias informacionais bem estruturadas, seja por meio do apoio de extensionistas rurais, sindicatos, cooperativas, movimentos sociais ou programas de formação continuada, aumenta-se significativamente a efetividade da política pública e o fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável. Os comportamentos informativos dos agricultores familiares são moldados por práticas sociais, saberes locais, experiências acumuladas e relações de confiança.

O desenvolvimento da competência em informação, portanto, pode ser um diferencial na inclusão produtiva desses sujeitos, promovendo sua autonomia na articulação com políticas públicas, organizações locais e instituições de ensino e pesquisa. A promoção da ColInfo no meio rural, associada ao fortalecimento de redes de apoio e extensão rural, pode contribuir significativamente para reduzir as desigualdades informacionais e ampliar a participação dos agricultores familiares em mercados institucionais, além de poderem usufruir plenamente das oportunidades oferecidas por programas como o PNAE. Ao compreender e manejar as informações relacionadas a processos legais, sanitários, nutricionais e logísticos exigidos pelo PNAE, os agricultores podem melhorar sua organização produtiva, qualificar seus produtos e expandir sua atuação de forma mais estratégica.

Assim, a integração entre agricultura familiar, PNAE e competência em informação revela-se como uma via promissora para promover a soberania alimentar, o desenvolvimento rural sustentável e a justiça social, reafirmando o papel do agricultor familiar não apenas como produtor de alimentos, mas como agente ativo na construção de políticas públicas inclusivas,

uma vez que aumenta a capacidade desses sujeitos sociais de interagir com agentes públicos, planejar ações coletivas e reivindicar seus direitos de forma mais assertiva.

Quando esses sujeitos são capazes de identificar suas necessidades informacionais, buscar fontes confiáveis, interpretar normas e procedimentos e compartilhar experiências, tornam-se mais preparados para acessar editais, organizar sua produção de forma estratégica e dialogar com os órgãos públicos. Além disso, a CoInfo favorece a articulação entre os agricultores, incentivando práticas e o fortalecimento das organizações de base, como associações e cooperativas.

Além de configurar-se como uma estratégia voltada ao enfrentamento da pobreza no meio rural, o PNAE assume uma função educacional, favorece um cenário mais adequado para a promoção do desenvolvimento sustentável e da segurança alimentar e nutricional, contudo, o desenvolvimento da Competência em Informação entre os agricultores familiares é um fator-chave para promover sua autonomia e inserção mais qualificada nas redes produtivas e de comercialização.

É importante salientar, que as ações de promoção da Competência em Informação no meio rural devem ser pensadas a partir das especificidades da agricultura familiar. Isso implica reconhecer a centralidade dos saberes locais, promover a formação continuada por meio de linguagens acessíveis e utilizar canais já consolidados de comunicação nas comunidades rurais, como rádios comunitárias, escolas do campo e sindicatos rurais. Ao fortalecer a CoInfo entre agricultores familiares, estabelece-se um cenário mais favorável ao avanço do desenvolvimento sustentável e à promoção da segurança alimentar e nutricional e a redução das desigualdades no campo, consolidando a agricultura familiar como um pilar fundamental da soberania alimentar e da justiça social no Brasil.

5 Considerações finais

A ampliação do escopo do PNAE, sobretudo após a promulgação da Lei nº 11.947/2009, instituiu um importante vínculo entre o setor educacional e os sistemas produtivos de base familiar, ao prever que no mínimo 30% dos recursos efetuados pelo FNDE para a alimentação escolar deveriam ser utilizados na aquisição de alimentos oriundos da agricultura familiar e do empreendedorismo familiar rural. Essa determinação transformou os agricultores familiares em atores centrais da política pública, conferindo-lhes responsabilidades não apenas produtivas, mas também de natureza gerencial, organizacional e informacional.

É nesse contexto que a Ciência da Informação oferece uma contribuição teórico-prática essencial. Ao investigar os fluxos informacionais, os sistemas de mediação e os processos

de apropriação da informação pelos sujeitos sociais. Este campo epistemológico permite compreender como o acesso, o uso e a circulação da informação se articulam à efetividade de políticas públicas. Mais especificamente, permite entender como a ColInfo pode ser mobilizada como ferramenta de inclusão social e econômica no meio rural.

Embora o PNAE represente uma das mais abrangentes políticas de alimentação escolar do mundo, sua efetividade, sobretudo no que se refere ao cumprimento da exigência legal para a compra de produtos da agricultura familiar, está diretamente condicionada à capacidade dos sujeitos envolvidos de acessar, interpretar e aplicar informações de maneira crítica e contextualizada.

Nesse sentido, os agricultores familiares, tradicionalmente situados em contextos marcados por desigualdades socioeconômicas e barreiras informacionais, tornam-se protagonistas de uma política pública que demanda não apenas capacidade produtiva, mas também letramento informacional, compreensão normativa, uso estratégico de dados e articulação em redes de apoio institucional. A ColInfo surge, assim, como condição *sine qua non* para a efetiva inclusão desses sujeitos no processo de compra governamental e, mais amplamente, para o exercício da cidadania e da autonomia no meio rural.

Assim, ao debruçar-se sobre o tema “Competência em Informação e Comportamentos Informativos no contexto da Política pública de utilização do Programa Nacional de Alimentação Escolar pelos agricultores familiares”, evidencia-se que o acesso à informação, em sua dimensão crítica e emancipatória, constitui elemento estratégico para a consolidação de políticas públicas efetivas e democráticas. Promover a ColInfo no meio rural portanto, é mais do que facilitar o acesso ao PNAE, é garantir condições para que os agricultores familiares sejam sujeitos ativos na transformação de suas realidades socioeconômicas, ao mesmo tempo, reconhecer a importância das redes de apoio técnico, das políticas públicas locais e das mediações informacionais no processo de articulação entre produção, comercialização e consumo dos alimentos.

A operacionalização do PNAE, especialmente na vertente da compra de produtos alimentícios provenientes da agricultura familiar, demanda ações articuladas de promoção da competência em informação junto aos agricultores. Essa promoção deve envolver desde a alfabetização informacional básica, como leitura crítica de documentos públicos e editais até o desenvolvimento de competências digitais, utilização de tecnologias móveis para acesso à informação governamental, comunicação com agentes públicos e participação em redes colaborativas de comercialização.

A dificuldade de compreender editais, os entraves na organização coletiva e a ausência de assessoramento técnico são exemplos de obstáculos cuja superação depende de ações

estruturadas de formação informacional, com base em metodologias que respeitem os saberes locais e promovam o empoderamento dos sujeitos. O domínio de habilidades informacionais irá permitir interpretar exigências legais, prazos e critérios de seleção.

Em certa medida, agricultores que possuem acesso qualificado a informação, certamente compreendem onde e como buscar informações sobre o PNAE e por conseguinte estão em melhores condições de participar ativamente do programa, além disso, facilita a articulação em redes de apoio. A CoInfo fomenta práticas colaborativas entre cooperativas, associações e instituições públicas, promovendo a construção de redes de compartilhamento de saberes, sendo assim ao apropriar-se da informação como recurso estratégico, o agricultor fortalece sua capacidade de decisão e sua inserção nos espaços institucionais.

Recomenda-se que iniciativas governamentais direcionadas à agricultura familiar incorporem estratégias formativas em CoInfo, com o apoio de bibliotecas públicas, escolas do campo, serviços de extensão rural e centros de pesquisa. Somente por meio do ingresso qualificado à informação e do desenvolvimento aperfeiçoamento de habilidades informacionais será possível consolidar políticas efetivas de combate às desigualdades regionais e incentivo à permanência das famílias no campo.

Por fim, diante do exposto, sugere-se que pesquisas futuras aprofundem a investigação empírica relacionadas aos comportamentos informativos que expressam de que maneira os agricultores familiares interagem com os fluxos de informação disponibilizados por órgãos públicos, entidades representativas e iniciativas da sociedade civil. Esses comportamentos são moldados por múltiplos fatores, educacionais, culturais, tecnológicos e territoriais que influenciam diretamente a apropriação das oportunidades oferecidas pelo PNAE.

A dificuldade de compreender editais, os entraves na organização coletiva e a ausência de assessoramento técnico são exemplos de obstáculos cuja superação depende de ações estruturadas de formação informacional, com base em metodologias que respeitem os saberes locais e promovam o empoderamento dos sujeitos.

Referências

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Reforma Agrária: Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, v. 28, n. 1, 2, 3, e v. 29, n. 1, jan./dez. 1998 e jan./ago. 1999.

ANDRADE, R. de C. (Coord.). A descentralização político-administrativa no Brasil: fundamentação, desenvolvimento, dificuldades, perspectivas – o Programa Nacional de Alimentação Escolar. **Informações Cedec**, n. 23, 1996.

BELIK, W. Pronaf: avaliação da operacionalização do programa. In: CAMPANHOLA, C.; SILVA, J. G. (Org.). **O novo rural brasileiro: políticas públicas**. Jaguariúna: Embrapa, 2000. v. 4, p. 93-116.

BELLUZZO, Regina C. B. **Construção de mapas: desenvolvendo competências em informação e comunicação**. 2. ed. Bauru: Cá Entre Nós, 2007.

BELLUZZO, Regina C. B. Competência em informação: cenários e espectros. **Memória e Informação**, v. 2, n. 1, p. 29-50, 11 out. 2018. Disponível em: <http://memoriaeinformacao.casaruibarbosa.gov.br/index.php/fcbr/article/view/47/27> Acesso em: 25 jun. 2025.

BITTENCOURT, J. M. V. F. **Uma avaliação da efetividade do Programa Nacional de Alimentação Escolar no Município de Guaíba**. 2007. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, DF, 2006a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/l11326.htm Acesso em: 10 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, DF, 2006b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2006/lei/l11346.htm Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. **Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Brasília, DF, 2009a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm Acesso em: 9 jun. 2025.

BRASIL. **Resolução FNDE/CD nº 38, de 16 de julho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF, 2009b. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/item/3341-resolucao-cd-fnde-n-38-de-16-de-julho-de-2009> Acesso em: 30 jul. 2025.

BRASIL. **Resolução FNDE/CD nº 26, de 17 de junho de 2013**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/acessoinformacao/institucional/legislacao/item/4620-resolucao-cd-fnde-n-26,-de-17-de-junho-de-2013> Acesso em: 5 ago. 2025.

FERIGOLLO, D. et al. Aquisição de produtos da agricultura familiar para alimentação escolar em municípios do Rio Grande do Sul. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 51, n. 6, 2017.

FERNANDES, P. F. **Identificação da demanda para a inserção de produtos da agricultura familiar no Programa de Alimentação Escolar do Rio Grande do Sul**. 2013. Dissertação

(Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Porto Alegre, 2013.

GOV.BR. **FNDE anuncia novas diretrizes para garantir alimentação escolar mais saudável.** \[S. l.], 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/assuntos/noticias/fnde-anuncia-novas-diretrizes-para-garantir-alimentacao-escolar-mais-saudavel> Acesso em: 11 ago. 2025.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**. Campinas: UNICAMP, 1993. 336 p.

MACHADO, P. M. O. et al. Compra de alimentos da agricultura familiar pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): estudo transversal com o universo de municípios brasileiros. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4153-4164, dez. 2018.

MARQUES, A. C.; BARATA, A. J. S. S.; ALVES, R. R. Análise de fornecimento de produtos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de São Gabriel-RS. **Ciência e Natura**, Santa Maria, RS, v. 38, n. 2, p. 906-912, 2016.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A análise das políticas públicas**. Pelotas: Educat, 2004.

NEVES, D. P. A agricultura familiar e o claudicante quadro institucional. *In*: LOPES, E. S. A.; MOTA, D. M. da; SILVA, T. E. M. da (Org.). **Ensaio: desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Sergipe: Embrapa Tabuleiros Costeiros; Universidade Federal de Sergipe, 2002. p. 131-152.

PEIXINHO, A.; ABRANCHES, J.; BARBOSA, N. V. **Fome Zero: uma história brasileira**. Brasília, DF: Assessoria Fome Zero, 2010. v. 2.

PORTAL, R. D. *et al.* Políticas públicas e desenvolvimento sustentável: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em apoio à agricultura familiar. *In*: SOUZA, A. A. C.; TAVARES, F. B.; MEDEIROS, M. (Org.). **Desenvolvimento territorial rural e meio ambiente: debates atuais e desafios para o século XXI**. Jundiaí, SP: Paco, 2021.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (Rede PENSSAN). **II VIGISAN: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil**. São Paulo, SP: Rede PENSSAN, 2022. 98 p. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf> Acesso em: 5 ago. 2025.

SCARPARO, A. L. S. *et al.* Ações do centro colaborador em alimentação e nutrição do escolar da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Clinical & Biomedical Research**, v. 30, n. 3, p. 302-305, 2010.

SÁ, S. S. et al. A interface entre alimentação escolar e agricultura familiar em Jampruca e Mathias Lobato. **Revista Espacios**, Minas Gerais, v. 38, p. 1-16, 2017.

SOUZA, A. L. C.; MAMEDE, M. E. O. Estudo sensorial e nutricional da merenda escolar de uma escola da cidade de Lauro de Freitas-BA. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, v. 69, n. 2, p. 255-260, 2010.

VAZQUEZ-BARQUERO, Antonio. Desarrollo endógeno: teorías e políticas de desarrollo territorial. **Investigaciones Regionales**, n. 11, Madrid, 2007.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *In*: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo, RS: UPF, 2001. p. 405.